

Margens de/em reexistência de gênero e sexualidades na educação profissional: o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades do Instituto Federal do Espírito Santo

Margins of/in Gender and Sexualities Re-existence in Professional Education: The Center for Studies and Research in Gender and Sexualities at the Federal Institute of Espírito Santo

Ana Paula Meneghelli Zanchetta

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Colatina – ES - Brasil

Leonardo Rangel dos Reis

Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Salvador – BA - Brasil

Iá Ferreira

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Venda Nova do Imigrante – ES - Brasil

Resumo

A distinção entre uma formação para criar “bons/as pensadores/as” e outra para criar “bons/as executores/as” é marcante ao longo da dual história da educação em nosso país. Há uma relação de aproximação, pouco explorada, entre os/as operários/as e a comunidade LGBTQIAPN+. Por essa razão, o presente artigo se debruça sobre a compreensão da Criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (Nepgnes), no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), com o intuito de evidenciar os movimentos de reexistência de gênero e sexualidade na Educação Profissional (EP). Trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem por base o estudo de caso. Ao longo da pesquisa, constatou-se que, assim como os/as “desvalidos/as da sorte”, público da EP, a comunidade LGBTQIAPN+ também é atrelada às demandas corporais e classificada como sub-humanos.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidades; Educação Profissional; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades.

Abstract

The distinction between education designed to create "good thinkers" and one aimed at producing "good executors" has been a defining feature throughout the dual history of education in Brazil. There exists a little-explored connection between workers and the LGBTQIAPN+ community. For this reason, this article focuses on understanding the establishment of the Center for Studies and Research in Gender and Sexualities (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades – Nepgnes) at the Federal Institute of Espírito Santo (Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes), with the aim of highlighting movements of gender and sexuality re-existence in Professional Education (PE). This is an ongoing master's research project based on a case study. Throughout the research, it has been observed that, much like the "unfortunate ones" (desvalidos/as da sorte) — the target demographic of PE— the LGBTQIAPN+ community is also bound to bodily demands and classified as sub-human.

Keywords: Gender and Sexualities; Professional Education; Center for Studies and Research in Gender and Sexualities.

Introdução

A educação profissional (EP), no Brasil, é historicamente marcada pela desigualdade estrutural entre trabalho intelectual e trabalho manual (Moura, 2007). Sua origem é relacionada ao assistencialismo, cujo objetivo era amparar os “órfãos e desvalidos da sorte” (Moura, 2007), ou seja, oferecer uma qualificação aligeirada, de cunho manual, “àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem dos bons costumes” (Moura, 2007, p. 6). Em nosso país, o/a artífice será marcado/a pelo trabalho anônimo e restrito e ligado/a às novas restrições e subalternização das novas condições de produção que já começavam a se anunciar no modo de produção capitalista (Reis; Barbosa, 2024).

Essa distinção também serve para desvalorizar o destino da educação profissional no país, e ela já nasce atrelada à formação de trabalhadores/as manuais (Reis; Barbosa, 2024). No entanto, a criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola ampliou os horizontes de atuação da EP no País, porque buscou atender novas demandas que surgiram nos campos da agricultura e da indústria (Moura, 2007). Outro acontecimento importante, nesse contexto:

[...] foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Esse Manifesto se dizia assumir a perspectiva de uma escola democrática que pudesse proporcionar oportunidades para todos, tanto no que dizia respeito a uma cultura geral, como na possibilidade de especializações. Entretanto, a proposta organizava a educação em duas grandes categorias: atividades de humanidades e ciências (de natureza mais intelectual) e cursos de caráter técnico (de natureza mecânica e manual). Desse modo, percebe-se claramente, mais uma vez, a distinção entre aqueles que pensam e aqueles que executam as atividades (Moura, 2007, p. 7-8).

A distinção entre uma formação para criar “bons/as pensadores/as” e outra para criar “bons/as executores/as” é marcante ao longo de toda a história da educação em nosso país. Por essa razão, podemos constatar que dificilmente a educação moderna consegue romper com sua herança cartesiana. É também por isso que Arroyo (2012, p. 34) afirma: “[...] os corpos estão entre os excluídos e ignorados até deslegitimados no pensamento social e educacional. Os sujeitos da aprendizagem e da educação são cogitos incorpóreos”. Entretanto, a educação dificilmente se torna democrática mantendo-se refém da dualidade classista, racista e patriarcal (Reis; Barbosa, 2024), que faz com que grande parte das vivências corporais e sensíveis seja barrada e não adentre nos estabelecimentos de ensino.

Outro marco importante na história da EP no Brasil é a recente criação dos Institutos Federais de Educação, por meio da Lei n.º 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada por autarquias vinculadas ao Ministério da Educação. Pode-se afirmar que a Rede Federal é herdeira histórica da cultura dos coronéis, do forte estigma escravocrata e da perspectiva filantrópica, mas possui a ousada missão de realizar um ensino médio integrado, mobilizando uma formação ampliada, capaz de superar a supracitada dualidade estrutural no mundo do trabalho e da educação (Cavalcanti; Gemaque; Nogueira, 2021).

Assim, a EP já nasce complexa, porque desde o começo é atravessada por dois grandes campos: educação & trabalho. Ela tem de lidar com a dualidade estrutural no mundo do trabalho e da educação, que visa separar o corpo da mente, com o fito de desvalorizar socialmente as atividades atreladas ao manual, ao mecânico. Isso faz com que os/as operários/as sejam marcados/as como seres corporais, porque, de acordo com Souza (2017), há um pressuposto cartesiano difundido na cultura “ocidental” ainda bastante presente nas ciências, que classifica e separa, ontologicamente, dois tipos de seres: (i) pessoas que possuem espírito (“boas pensadoras”); e (ii) aquelas que possuem corpo (“boas executoras”). Para o autor, essa separação é tão importante que a Igreja Católica a escolheu como lógica da salvação, inspirada em Platão e em seu mundo das ideias (Souza, 2017). Dessa maneira, as classes superiores são identificadas com as atividades do espírito, com os conhecimentos valorizados, as artes tidas como atividades de contemplação, ao passo que as classes trabalhadoras são relacionadas ao corpo, ao trabalho braçal e muscular e aproximadas de certa condição primitiva ou animalesca (Souza, 2017).

Desse modo, os/as “desvalidos/as da sorte”, público da EP, serão marcados/as por certa primitividade, “decretados em nossa história como sub-humanos” (Arroyo, 2012, p. 40). Assim como os/as operários/as, a comunidade LGBTQIAPN+¹ também será atrelada aos movimentos corporais, como modo de assinalar seu desvio da norma, da condição heteronormativa, e também será associada ao corporal como modo de marcar sua “sede insaciável por sexo”, o que também deporá a favor de sua suposta primitividade. Portanto, podemos afirmar que há uma relação de aproximação, pouco explorada, entre os/as operários/as e a comunidade LGBTQIAPN+, porque ambos são marcados por certa primitividade pelos signos ruidosos do poder.

Há um aumento dos debates acerca da diversidade de gênero e sexualidades tanto na academia quanto na sociedade civil organizada. No entanto, há muitos desafios para serem enfrentados pelas pessoas que não se identificam com as normas da cisheteronormatividade² (Rosa, 2020). Inclusive, os estudos e pesquisas a respeito das temáticas gênero e sexualidades começam a se constituir como novo domínio de pesquisas das Bases Teóricas da Educação Profissional no País, o que faz com que a noção de formação humana seja compreendida de modo ainda mais complexo (Cavalcanti; Gemaque; Nogueira, 2021).

Por essa razão, trazer as demandas corporais por meio das problematizações contemporâneas das posições de gênero e das sexualidades para a EP é mexer com a desigualdade estrutural que atravessa o mundo do trabalho e da educação, tensionando, desse modo, o espectro de uma formação alargada, que não se vê refém da histórica e dicotômica desigualdade estrutural entre trabalho intelectual e trabalho manual (Moura, 2007). Assim, acreditamos que não é possível criar proposições e tessituras de uma educação política³ sem o debate das diversidades de gênero, sexualidade e orientação sexual, sobretudo porque é importante articular e interseccionar as condições de classe com categorias de gênero, orientação sexual, raça etc., como importantes componentes para ‘fazerpensar’ a formação humana (Cavalcanti; Gemaque; Nogueira, 2021).

Tendo em mira essa visada integrativa, não dicotômica, o presente artigo busca compreender a emergência da criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (Nepgens), no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Trata-se de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem como base o estudo de caso e, por isso, ao longo do texto, também abordaremos algumas tensões e especificidades presentes no debate das diversidades de gênero, sexualidade e orientação sexual no contexto em apreço.

“Minorias” sexuais, luto e criação de fronteiras: criando o monstro que vos habita

Em sua breve genealogia acerca dos movimentos sociais pelos direitos das “minorias” sexuais, Louro (2015) ressalta as transformações, tensões e instabilidades nas demandas reivindicadas por esses movimentos. A autora também assinala que, além do desafio da multiplicação das posições de gênero e sexualidades na contemporaneidade, somos obrigados a admitir “que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que ainda é mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira” (Louro, 2015, p. 28).

Louro (2015) destaca como a luta pela discriminação da homossexualidade e pela afirmação do sujeito homossexual variou ao longo da história. Desde o início da década de 1970, os/as ativistas, militantes e simpatizantes começaram a se organizar timidamente para afirmar a “positividade” em ser um sujeito homossexual. Alguns grupos lutavam pela integração ao sistema, as lésbicas acreditavam que deveriam formar comunidades à parte, e eram mais adeptas da separação. A agenda de lutas caracteriza-se pela pluralidade, e as críticas sociais mobilizadas por esses movimentos endereçam-se contra a normatividade heterossexual da sociedade, traduzida em práticas e valores moralistas na justiça, nas escolas, nos discursos das ciências, nos valores e práticas nas igrejas etc.

A partir de 1975, surge no País o Movimento de Libertação Homossexual no Brasil, que contava com a participação de militantes, simpatizantes e intelectuais exilados/as na época da ditadura militar (Louro, 2015). O começo da luta, no País, é marcado pela valorização da identidade sexual desviante, como modo de se contrapor aos discursos e práticas heteronormativas, professadas pelo *status quo*. Essas críticas suscitam um clima social ambivalente, pois:

[...] alguns setores sociais passam a demonstrar crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro, setores tradicionais renovam (e recrudescer) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada de valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física (Louro, 2015, p. 28).

De todo modo, esse começo das lutas pelos direitos das “minorias” sexuais é marcado pela afirmação de suposta identidade sexual desviante, que passa a ser objeto de valorização. Trata-se de uma demanda essencialista que é alvo de críticas quando se consolida a busca pelo valor de criação da comunidade homossexual, no final da década de 1970, fazendo com que gays e lésbicas abandonem o modelo da repressão e da tentativa de transformação do sistema e se voltem para a valorização e o apelo estilístico dos aspectos singulares do grupo, ressaltando a importância da questão “étnica” (Louro, 2015), presente nos movimentos pelos direitos sexuais dos/as dissidentes. Nesse momento histórico, os grupos sociais mobilizados ainda procuram afirmar, “discursivamente e praticamente, uma identidade homossexual” (Louro, 2015, p. 32), mas agora esta passa a ser mais realçada por meio das características culturais, do modo de viver em grupo e dos valores professados. Portanto, passa-se a exigir e a reconhecer nessa identidade uma questão de posição pessoal e política (Louro, 2015).

Contudo, essa busca pela valorização dos estilos de vida, que gravitam em torno das identidades sexuais divergentes, acontece por meio de novas tensões e ataques dos grupos conservadores, que se articulam mediante novas frentes. De acordo com Trevisan (2000), a partir do final do século XX, com a crise política do capitalismo e com o fortalecimento das religiões neopentecostais no País, grupos religiosos intensificam seus credos morais e insuflam um milenarismo⁴ na sociedade com o objetivo de lucrar com essa demanda e conquistar fiéis. Por essa razão, as diversas dissidências sexuais passam a ser alvo do pacto travado entre evangélicos, parte da bancada política, ruralistas e católicos, unidos contra a “decadência moral”, em defesa da pátria, da família tradicional, da moral e dos valores cristãos (Trevisan, 2000).

Dessa maneira, em torno de novo consumismo religioso, a lgbtfobia se intensifica, apoiada pelos empresários da fé e da moral (Trevisan, 2000), dispostos a disputar o capital, mediante a mobilização de discursos e práticas que arrebatam fiéis e seguidores/as. Trevisan (2000) recorda a inauguração, em 1995, de uma igreja evangélica, criada por um vereador local em Salvador, que visava “recuperar” a comunidade LGBTQIAPN+. O autor também menciona a fundação do centro evangélico, no mesmo ano, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, especializada em “curar” a referida comunidade. Também não podemos esquecer do investimento social dos grupos conservadores no fortalecimento de um dos braços mais conservadores da igreja católica, o movimento *Opus Dei*.

As sociedades, ao criarem as fronteiras dicotômicas, mencionadas por Louro (2015), traçam linhas demarcatórias que apontam para as pessoas que possuem “boas condutas” das pessoas que não as têm, criando bodes expiatórios (Trevisan, 2000), no intuito de atacar o “mal fora de mim”. Essas situações acontecem com mais frequência em momentos de crise (Trevisan, 2000). Esse traçado biopolítico (Foucault, 1988) estabelece quais as vidas que merecem ser vividas e os lutos que podem e devem ser elaborados, e aponta para um valor desigual, mencionando quem deve morrer ou viver, dizendo “quais tipos de sujeitos são e devem ser enlutados, e quais tipos não devem” (Butler, 2019, p. 13). Foucault (1988) comprehende a biopolítica como tecnologias de governo pela qual os mecanismos biológicos dos indivíduos passam a integrar o cálculo da gestão do poder. O biopoder é um “poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (Foucault, 1988, p. 129).

O luto que não pode nem deve ser elaborado, em nome dos “bons costumes”, remete à condição de desumanidade em que as dissidências sexuais são facilmente relegadas (Butler, 2019). Porque o luto não é um fenômeno privado como muita gente costuma pensar, uma vez que ele “fornece um senso de comunidade política de ordem complexa” (Butler, 2019, p. 43), ao assinalar a responsabilidade ética e os laços relacionais que nos ligam aos mortos, afirmando nosso destino atravessado por uma comunidade comum, endossando ou negando nossa humanidade diante de questões existenciais como a vida ou a morte.

Voltaremos a falar acerca do luto em Butler (2019), no item Políticas pós-identitárias e movimento queer. Por ora, finalizamos este tópico retomando o lugar social da fronteira em que alguns sujeitos vivem, de acordo Louro (2015), porque ele muito se assemelha à criação social da condição abjeta, retratada por Butler (2019). Para essa autora, a matriz excludente e heteronormativa, com relação à qual os sujeitos são formados, produz a criação social de seres abjetos, apontando para pessoas que ainda não possuem o status de “sujeito”, de acordo com uma série de critérios criados pelas instituições e por peritos. A condição abjeta designa as zonas sociais inóspitas, que não podem ser habitadas. “Essa zona da inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito” (Butler, 2019, p. 155).

Estar endereçado a tal espacialidade faz com que os sujeitos sejam formados pela exclusão e abjeção (Butler, 2019). O surgimento de tal segmento, da produção social do estranho, do abjeto, do forasteiro no tecido sociocultural, será retomado pela política pós-identitária ou movimento queer, com o intuito de ressaltar os traços de desidentificação que formam, ética e politicamente, os sujeitos. “Essas desidentificações coletivas podem facilitar uma recontextualização da questão de se saber quais corpos pesam e quais corpos ainda devem emergir como preocupações que possam ter um peso crítico” (Butler, 2019, p. 156). Esse peso crítico é um importante componente da luta, porque auxilia nos processos de desmantelamento do poder, aguçando os processos de desidentificação e possibilitando a ampliação das margens de reexistência⁵.

Antes de prosseguir com a questão pós-identitária, vamos apresentar a história do Nepgnes, do Ifes.

Criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (Nepgnes)

Fatores relativos às questões sociais de gênero, suas identidades e culturas são parte fundamental da constituição de si e permeiam as diferentes etapas do desenvolvimento

humano. Desse modo, a formação de “espaços-tempos” educacionais para o debate acerca das posições de gênero, sexualidades e suas interseccionalidades, como cor/raça/etnia, sexo e classes sociais, faz-se necessária. A interseccionalidade trata de como diferentes formas de discriminação e opressão interagem e afetam as relações sociais como racismo, patriarcalismo e opressão de classe, contribuindo para desigualdades que afetam mulheres, “minorias” sexuais, raças, etnias e classes sociais de maneiras distintas, em sociedades diversas (Crenshaw, 2002).

O Ifes vem demonstrando interesse em promover o debate acerca da diversidade de posições de gênero e sexualidades na educação. Esse interesse se materializa com a criação do Nepgnes, aprovado em 2021. A composição do núcleo é diversificada, os membros constituem-se por técnicos administrativos, professores, estudantes e ex-estudantes. Além desses, há a participação da comunidade externa, que represente ou esteja associada a movimentos, organizações ou coletivos dedicados a questões de gênero e sexualidade (Ifes, 2021).

É fundamental reconhecer e acolher a diversidade que frequenta os Institutos Federais – IFs (Nogueira; Cavalcanti; Cavalcante, 2021). Por esse motivo, o núcleo promove a adoção de políticas, ações, programas e práticas que visam eliminar, ou ao menos minimizar, a discriminação com base nas posições de gênero e na orientação sexual, e tenta criar um ambiente mais respeitoso e acolhedor para os membros da comunidade acadêmica (Ifes, 2014, p. 47). Ele pode ser entendido como movimento de reexistência, porque atua em defesa da diversidade de expressão de gênero e sexualidades, perpassando questões curriculares, práticas educativas e sociais (Nogueira; Cavalcanti; Cavalcante, 2021). “Nesses espaços, os alunos e alunas são convidados a refletir ‘fora da caixa’ e a conviver com as diferenças. Isso contribui para que todos e todas que fazem parte deste Núcleo cresçam em seu aprendizado” (Nogueira; Cavalcanti; Cavalcante, 2021, p. 7).

Tal espaço se constitui como importante dispositivo político e heurístico em defesa da diversidade e das políticas curriculares transversais (Nogueira; Cavalcanti; Cavalcante, 2021). O Nepgnes possui ações ainda discretas, considerando que a implantação foi em 2021, durante a pandemia de Covid-19, momento em que escolas e espaços coletivos eram mantidos em isolamento, que durou de março de 2020 a maio de 2023, período em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da pandemia. Mesmo diante desse contexto, o Núcleo, em colaboração com alguns alunos da graduação, organizou uma

pesquisa intitulada: “Análise de discursos sobre relações de gênero e sexualidades na escola: caminhos para promover equidade de gênero e sexualidades na escola”. A escuta dessas narrativas é importante porque “demonstra o quanto o padrão heteronormativo, caracterizado pelo binarismo, centrado em um modelo único de família e com foco na reprodução humana, está cristalizado no imaginário coletivo da sociedade” (Cavalcanti; Gemaque; Nogueira, 2021, p. 32).

O Nepgens possui em sua estrutura organizacional os cargos de presidente, vice-presidente, secretário e colegiado. Conforme estabelecido no artigo 9.º do regimento, o mandato dos membros é de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, salvo nos casos de alteração ou substituição dos representantes de cada Campus. É responsabilidade dos Grupos de Trabalho (GT) conduzir estudos e pesquisas, além de elaborar propostas para lidar com questões específicas e emergentes apresentadas pelo Nepgens (Ifes, 2021). As ações desenvolvidas pelo Nepgens incluem: (i) organização de eventos presenciais e on-line; (ii) participação ativa em fóruns e conselhos; (iii) promoção de campanhas de conscientização; (iv) incentivo à criação de grupos de estudo e pesquisa relacionado ao tema; (v) utilização de redes sociais para divulgar informações e eventos; (vi) estabelecimento de parcerias com outros órgãos e instituições; (vii) além de integrar o Conselho Estadual LGBT do Espírito Santo. Com relação ao atendimento no Núcleo, o foco está no acolhimento dos/as estudantes matriculados/as, no apoio às organizações estudantis e na realização de atividades com público externo (Ifes, 2023).

O Nepgens já vem realizando algumas atividades importantes, como: (i) reuniões de acolhimento com psicóloga; (ii) orientação com os/as responsáveis pelos/as discentes; (iii) atendimento e orientação nos casos de discriminação; (iv) suporte a discentes trans; e (v) realização de alguns projetos de extensão.

Uma das ações realizadas referentes à temática gênero e sexualidade foi o fortalecimento das políticas acerca da afirmação da diversidade na educação. Tal esforço resultou, por exemplo, no encaminhamento de um esboço referente ao regimento interno do Nepgens para ser analisado, visando o objetivo de estabelecer normas e diretrizes para o funcionamento do núcleo. Entre os compromissos firmados nesse relatório destaca-se continuar com os trâmites necessários para aprovação do regimento, criar iniciativas com o propósito de desenvolver estratégias para divulgar a temática de gênero e sexualidade de

maneira inclusiva dentro da instituição, apoiar a criação do núcleo em cada um dos *Campus* do Ifes e ampliar as iniciativas de formação para capacitar profissionais de educação, gestores, além de grupos de pesquisa e estudos relacionados ao tema (Ifes, 2022).

No relatório de gestão de 2021, em processo de estruturação, o instituto contava com 6 núcleos ativos⁶, abrangendo 5 municípios atendidos. Há um total de 74 pessoas que compõem o núcleo, sendo distribuídas em ordem crescente: (i) docentes; (ii) discentes; (iii) técnicos administrativos; e (iv) comunidade externa (Ifes, 2022). Entre as várias atividades realizadas pelos núcleos ativos destacam-se:

Participação dos membros em eventos, ministrando palestras, mesas redondas e apresentando trabalhos na temática gênero e sexualidades; organização de grupos de estudos e de pesquisas; elaboração e proposição de lista de títulos a serem adquiridos para o acervo das bibliotecas; acompanhamento a discentes; realização de campanhas e publicação de conteúdos nas mídias sociais dos campi; apoio à estruturação de coletivos estudantis; realização de parcerias externas; implementação de ações complementares de ensino e programas de extensão, além de ações como lives, encontros e eventos, campanhas, representação etc. (Ifes, 2022, p. 48).

No ano de 2021, um marco significativo para o Nepgens foi a aprovação do regulamento interno pelas instâncias decisórias do Ifes, configurando-se um avanço significativo na institucionalização do Núcleo e da temática. Além disso, o Núcleo manteve sua representatividade com o Conselho Estadual LGBT+ do Espírito Santo. Também se envolveu em ações tanto dentro quanto fora do âmbito institucional, participando de mesas-redondas e *lives* abordando a temática de ‘Gênero, sexualidade e política’, com o Senador Fabiano Contarato (Ifes, 2022). Algumas ações foram sugeridas para o fortalecimento do Núcleo, tais como: 1) aumento das discussões e capacitação entre a comunidade acadêmica, incluindo estudantes, servidores e gestores; 2) incentivo ao envolvimento de pessoas interessadas em participar do núcleo; 3) incentivo às pesquisas relacionadas a gêneros e sexualidades; e 4) definição de critérios e políticas de acesso e permanência com foco na temática (Ifes, 2022).

De acordo com o relatório, em 2022 houve um aumento considerável no número de Nepgens nos *campi* do Ifes. No ano de 2022, foram registrados 21 *campi* com núcleo ativo, em comparação com 6 núcleos ativos em 2021. A infraestrutura física geralmente é composta por espaços compartilhados ou salas próprias (Ifes, 2023). Esse relatório ressalta que a criação do Nepgens da reitoria representou um marco importante para a expansão dos núcleos na Instituição, pois impulsiona e orienta outros *campi*, por meio de sua política de incentivo. Essa

iniciativa de ampliação não apenas promove práticas educativas e pedagógicas, mas estimula a realização de estudos, pesquisa e extensão no tema gênero e sexualidades (Ifes, 2023). Conforme esse relatório, é de responsabilidade do Nepgens efetuar o registro, monitoramento, avaliação e organização institucional das ações, atividades e projetos relacionados à política de gêneros e sexualidades. O documento informa que, apesar do progresso na instituição, ainda há desafios a serem superados, havendo longo caminho a ser percorrido (Ifes, 2023).

É imprescindível reconhecer que as posições de gênero e sexualidade formam tessituras abrangentes, que englobam não apenas as relações interpessoais, mas também valores e práticas que são fundamentais para a estruturação da vida em sociedade, como as relações familiares, escolares, religiosas, trabalhistas, entre outros aspectos presentes nos “espaços-tempos” socioculturais.

Políticas pós-identitárias e movimento queer: excessos e ruídos no/do “mundo podre”

Por abrigar os/as “desvalidos/as da sorte”, a EP no País acaba se envolvendo com as demandas do trabalho braçal, como já vimos. Desse modo, a EP tem seu destino enlaçado como modalidade indissociavelmente ligada às demandas corporais. Essa questão nos lembra a fenomenologia da corporeidade de Merleau-Ponty (2011), porque para o autor nosso contato com o mundo não pode ser explicado por nenhuma síntese intelectual. Por essa razão, a aquisição do hábito oferece grandes dificuldades às filosofias clássicas e à modernizadora educação cognitivista, pois, afinal, os processos de incorporação apontam que as pessoas ganham corpo por meio de suas frequentações no/do mundo, com os hábitos adquiridos em interações (mediadas e imediatas) com outras pessoas, outros viventes e em contato direto com as coisas, em sintonias finas de ajustes e desajustes com os ambientes, uma vez que o hábito é, sim, a aquisição de uma significação, “mas é a apreensão motora de uma significação motora” (Merleau-Ponty, 2011, p. 198). Voltaremos a falar desse autor e das possibilidades e contribuições às temáticas de gênero e sexualidades no último item. Por ora, é salutar ressaltar essa demanda sensível da EP como potente contribuição aos estudos de gênero e sexualidades.

Também já notamos que essa parcela marginalizada dos/as “desvalidos/as da sorte” é considerada como “pessoas estranhas”. Para o pesquisador norte-americano Cohen (2000), essa estranheza é causada pela criação de fronteiras sociais. Essas fronteiras produzem uma pedagogia dos monstros, mobilizam processos formativos e nos apontam todo um campo de práticas, na medida em que funcionam como pegadas, como indícios que nos revelam a emergência de uma nova teoria social. Para ele, essa nova perspectiva monstruosa apresenta-se a partir de sete teses: 1) o corpo do monstro é um corpo criado; 2) o monstro sempre escapa; 3) o monstro é o arauto da crise de categorias; 4) o monstro mora nos portões da diferença; 5) o monstro policia as fronteiras do possível; 6) o medo do monstro é realmente uma espécie de desejo; e, por fim, 7) o monstro está situado no limiar do tornar-se (Cohen, 2000). Todas essas teses remetem aos complexos contornos da posição de gênero e das sexualidades na contemporaneidade. Elas apontam para as potências do queer.

Nos estudos mitológicos, Lévi-Strauss (2010, p. 380) mostrou como “cozinham-se” indivíduos, por meio da “intervenção do fogo de cozinha, normalmente encarregado de mediatizar a conjunção do produto cru com o consumidor humano”. Assim, temos a distinção entre um fogo “bom” e um “mau”. Este resulta de uma ação demasiada direta do Sol sobre a Terra (Lévi-Strauss, 2010). A mediação e o controle do fogo, realizados pela culinária, possuem um papel crucial nesse processo de afastamento de uma possível ação direta do Sol. Então, essa mediação demanda toda uma série de cuidados e respeito, essa “ação mediadora do fogo culinário entre o sol (céu) e a terra exige o silêncio, é normal que a situação inversa exija o ruído, ao se manifestar no sentido próprio (disjunção do sol e da terra), ou no figurado (disjunção, devida a uma união condenável)” (Lévi-Strauss, 2010, p. 337). A situação anticulinária se apresentaria na dependência do ruído, como que conjurando às coisas que se apresentam em estado de disjunção, na polifonia crescente do caos e da desordem, assim, “a situação ‘anticulinária’ pode [...] realizar-se de dois modos. Ela é, de fato, ausência de mediação entre céu e terra, mas essa ausência é concebível por falta (disjunção dos polos) ou por excesso (conjunção)” (Lévi-Strauss, 2010, 337): conjunção total, “mundo queimado” (mundo que se dá a partir do excesso) e disjunção total, “mundo podre” (mundo que se manifesta a partir da falta).

Por meio das leituras de Butler (2019), Cohen (2000) e Lévi-Strauss (2010), acerca da compreensão da criação de fronteiras, que delimitam o que é aceitável e/ou repugnante em cada sociedade, podemos afirmar que o monstro é queer e causa muito ruído. Misto de

repulsa e desejo, as mulheres são monstruosas, os/as dissidentes sexuais são monstruosos/as. Depois de Foucault (1988) e Butler (2019), já não podemos acreditar no silêncio dos mecanismos de poder, pois para controlar e gerir os corpos os poderes fazem muito barulho, provocam muito ruído, visibilizando de maneiras excessivas os corpos que “mais precisam” ser vigiados, marcados (Foucault, 1988). As mulheres, as sapas, as travas e as bichas são excessivamente visibilizadas pelos mecanismos de poder que mapeia, classifica e identifica, no intuito de localizar, marcar e focalizar os/as desviados/as, os paradoxalmente temidos e desejados corpos abjetos. Como seres da disjunção, do caos, seus corpos são marcados, porque tal mapeamento é uma necessária estratégia do poder para conter a desordem. Todo esse ritual do poder se faz em uma crescente polifonia de ruídos e gestos, para que os alvos sejam eficazmente identificados e marcados.

Trata-se de balbúrdia, de comoção, criada e espraiada pelo tecido social por conta das questões de gêneros e sexualidades; cuida-se também das tentativas de imposição das consagradas e vigiadas fronteiras sociais estabelecidas pela lógica da cisheteronormatividade. Então, diante de todo o exposto: o queer só pode ser monstruoso. Seus movimentos aberrantes exibem corpos estranhos que marcam a crise das identificações, abrindo limiares como “portões da diferença”, causando pavor e desejo (Cohen, 2000). A emergência e a atualização do “mundo podre”, como Lévi-Strauss (2010) nos ensinou, faz-se com muito ruído, portanto não podemos acreditar que fenômenos como o *bullying* e outras violências acontecem mediante o silenciamento, pelo contrário. Sob essa perspectiva, é muito contraproducente marcar as “minorias” sexuais como grupos silenciados, porque essas pessoas são visibilizadas pelo excesso de um poder que as marca ao torná-las identificáveis, fazendo com que elas reconheçam a si mesmas a partir dos códigos e tecnologias do poder que visa identificá-las e apaziguá-las (Foucault, 1988).

Voltando à questão do luto em Butler (2019), a autora demonstra como o luto possui a possibilidade de aprender um modo de despossessão imprescindível para a formação do sujeito, muito importante para a teoria queer. Porque, se os jogos de poderes trabalham no sentido de fazer com que o sujeito se identifique o tempo todo com ele mesmo (Foucault, 1988; Butler, 2019), o luto pode nos abrir para nosso desconhecimento e revelar as impressões inconscientes de nossa sociabilidade primária. Essa abertura e vulnerabilidade nos apontam que a condição corporal implica mortalidade, vulnerabilidade e agência (Butler, 2019). O luto

nos mostra ao mesmo tempo um corpo que é nosso e também não o é, o que evidencia sua dimensão pública, porque “entregue desde o início ao mundo dos outros, ele carrega essa marca” (Butler, 2019, p. 48). Para Butler (2019) é só mais tarde que podemos ter a capacidade de reivindicar o corpo como nosso, o que assinala o processo de individuação como conquista, nunca uma garantia. A autora ainda menciona que a teoria queer é acusada de depor contra a autonomia, porém ela nos diz que o luto nos mostra como a autonomia é sempre um processo, uma conquista, e que os jogos de poderes nunca cessarão de marcar os corpos (Butler, 2019). Assim, a ênfase ressaltada pelo movimento queer nos recursos de desidentificação caracteriza-se como movimentos de luta contra as marcações identitárias que visam dominar e fazer com que as pessoas sigam o que está posto pelas normas sociais. Acontece que há certo domínio em que a pessoa pode exercer sobre ela mesma um poder, no intuito de conquistar alguma autonomia (Butler, 2019).

Esse domínio da relação em que a pessoa estabelece consigo mesma certo poder, no intuito de forjar um “espaço-tempo”, mediado pelo desejo, de relaxamento, de sossego, também se constitui por meio das possibilidades abertas pelo social, ou seja, a relação consigo mesma é uma questão atravessada por questões e tensões socioculturais. Acreditamos que a teoria queer não consegue lidar bem com essa demanda, sobretudo porque ela é mais desenvolvida como crítica social, como denúncia às relações de poder. Também suspeitamos que a fenomenologia seja uma perspectiva mais adequada para evidenciar esse importante domínio de constituição dos corpos: a relação do sujeito consigo mesmo, sem cair em nenhum dualismo e sem se tornar uma reflexão solipsista. Em especial, a fenomenologia da corporeidade de Merleau-Ponty (2011) consiste em uma interessante via para trabalhar questões das posições de gênero e sexualidades.

Expressões de gênero e sexualidade em Merleau-Ponty

Para Merleau-Ponty (2011, p. 84), “[...] o sentir é esta comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida”. Estamos no mundo e nos dirigimos a ele a partir de nossas potências (Merleau-Ponty, 2011). Nossos órgãos dos sentidos direcionam-nos ao mundo por meio das correntes de atividades. É por essa razão que podemos dizer que temos um mundo e que somos a partir dele. As situações em que estamos envolvidos oferecem-nos uma significação prática por meio da qual há um apelo ao reconhecimento corporal, no qual toda superfície de nosso corpo é solicitada. “A atenção à

vida é a consciência que tomamos de ‘movimentos nascentes’ em nosso corpo” (Merleau-Ponty, 2011, p. 118). Isso faz com que nossos membros se sintonizem uns com os outros, em virtude das solicitações lançadas pelas tarefas. O corpo é o veículo do ser-no-mundo. Ter um corpo é ser situado, juntar-se a um meio definido, confundir-se e embaralhar-se com os projetos solicitados no/do/com (o) mundo. A perspectiva do autor é a do sujeito engajado no/do/com (o) mundo. Isso explica melhor que a percepção que temos das coisas não é dada simplesmente por um sentido específico que está atuando, ainda que o esteja, mas é dada porque todos os sentidos estão envolvidos com o corpo todo, de certa forma todos os sentidos se combinam, entram em sintonia (Rangel; Pinheiro, 2024).

Conforme o autor, seus estudos da motricidade levaram-no a uma nova noção da palavra “sentido”, distanciando-o tanto do intelectualismo quanto do empirismo. Isso foi possível porque, por meio da motricidade, foi admissível reconhecer que a experiência do corpo nos faz perfilar uma injunção do sentido que não é a de uma consciência universal (Rangel; Pinheiro, 2024), levando-nos ao movimento de sentido, que é aderente ao mundo e às coisas, porque, por intermédio do corpo, como núcleo significativo, é possível aprender e conhecer o “[...] nó entre a essência e a existência que em geral reencontraremos na percepção” (Merleau-Ponty, 2011, p. 204). Por esse motivo, para o filósofo, a percepção erótica “não é uma *cogitatio* que visa um *cogitatum*; através de um corpo, ela visa um outro corpo, ela se faz no mundo e não em uma consciência” (Merleau-Ponty, 2011, p. 217).

Dessa maneira, nosso agir cotidiano está sempre enlaçado ao envolvimento pré-reflexivo com as coisas, porque nosso corpo é a gênese que dá sentido e lugar às nossas experiências (Warmling, 2016). Como fenômeno encarnado, que percebe, move-se, deseja e sofre, o corpo é, simultaneamente: (i) princípio motor; (ii) ser sexuado; e (iii) lugar de expressão (Warmling, 2016). Para Merleau-Ponty (2011), a sexualidade consiste em fenômeno determinante da nossa abertura ao outro, criando certo estilo de existência, mostrando-nos a promiscuidade que há entre existência e vida sexual (Warmling, 2016). A partir da abertura possibilitada pela sexualidade, o corpo do outro e meu corpo podem formar um único todo, “o verso e o reverso de um único fenômeno” (Merleau-Ponty, 2011, p. 474). Afinal, trata-se da “tensão de uma existência em direção a uma outra existência que a nega e sem a qual, todavia, ela não se sustenta” (Merleau-Ponty, 2011, p. 232).

Para o psicanalista Ayouch (2017), professor titular da Universidade Lille III, na França, a filosofia de Merleau-Ponty parece abrir espaço para uma fenomenologia queer, ao traçar nova concepção do inconsciente como afeto. Isso faz com que o inconsciente seja compreendido como o sentir mesmo (Ayouch, 2017). Essa abordagem nos mostra a expressividade do corpo como operação primordial do sentido, onde “se realiza a unidade das experiências visuais, auditivas, tátteis, e da comunicação entre elas” (Ayouch, 2017, p. 241).

Essa ontologia comprehende o corpo sensível como produtor de um ‘cogito tácito’, experiência afetiva que possui relação particular com a linguagem (Ayouch, 2017). Por essa razão, linguagem e corpo se fundam mutuamente, mas não há prevalência da linguagem, mas das relações intersubjetivas (Ayouch, 2017). Isso mostra que a “experiência corporal deve ser entendida tal qual um campo intencional, caracterizado pelo *a priori* de correlação [...] entre atualidades e virtualidades [...] o corpo não é nem objeto nem ideia no meio, mas vivência que, em carne e osso, é síntese de um corpo próprio” (Warmling, 2016, p. 55). Trata-se mais de uma vida pré-reflexiva que habita em nós, do que de qualquer subjetividade que constituiria o mundo (Ayouch, 2017). Em Merleau-Ponty (2011), bem como nos pós-estruturalistas, o sujeito não é constituinte. A experiência do corpo próprio aponta uma espacialidade primordial que se confunde com o próprio ser do corpo (Merleau-Ponty, 2011), mostrando o corpo como “sede desta expressividade através da sua intersensorialidade” (Ayouch, 2017, p. 241). É essa noção de expressividade mundana e histórica que permite ao autor relacionar sexualidade e existência, evidenciando a corporalidade como produtora de sentido, fundada nas relações intersubjetivas (Ayouch, 2017).

Por esse motivo, para Ayouch (2017), a figurabilidade do afeto na fenomenologia da afetividade de Merleau-Ponty, ao recusar a primazia irrestrita da linguagem, afirma a abertura da norma e sua inscrição temporal, fundamentando um inconsciente não meramente linguístico, suscetível de dar conta das configurações não binárias de gênero e sexualidade (Ayouch, 2017). Assim, Ayouch (2017) consegue enxergar nessa fenomenologia uma posição queer e feminista, lembrando-nos que Merleau-Ponty “desestabiliza assim as oposições tradicionais da filosofia ocidental” (Ayouch, 2017, p. 246).

Ainda para o autor, tal fenomenologia é capaz de operar uma ruptura epistemológica dos dualismos, servindo ao feminismo desejoso de subverter as identidades e se compreender para além das binariedades de gênero. De acordo com Ayouch (2017), tal

perspectiva não é androcêntrica, nem misógina, nem binária, tampouco diferencialista, parecendo abrir espaço para uma fenomenologia queer e para um feminismo que questiona a noção de mulher naturalizada como sujeito do feminismo (Ayouch, 2017), porque, ao pôr a ênfase na experiência vivida e no corpo próprio, Merleau-Ponty desenvolve um modo único de apontar para as vivências múltiplas, fora de qualquer paradigma teórico generalizador (Ayouch, 2017).

Considerações finais

No artigo, buscou-se demonstrar como a EP é desvalorizada em nosso país por estar associada às demandas corporais. Também se mostrou como a comunidade LGBTQIAPN+ é associada aos movimentos corporais, como modo de assinalar seu desvio da norma, da condição heteronormativa.

Em seguida, apontou-se a importância de realizar ações educativas com base no respeito mútuo, na valorização da diversidade e na preservação da vida humana em todas as suas dimensões. Isso é necessário para que o espaço educacional seja moldado como “espaço-tempo” democrático, promovendo a formação de cidadãos e cidadãs preparados e preparadas para participar ativamente das demandas sociais e pessoais.

Referências

ARROYO, Miguel G. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, Maurício Roberto da (org.). **Corpo infância: exercícios tensos de ser criança. Por outras pedagogias dos corpos.** Petrópolis: Vozes, 2012. p. 23-54.

AYOUCH, Thamy. Além do inconsciente linguístico: figurabilidade do afeto e gênero em Merleau-Ponty. In: CAMINHA, Iraquitan de Oliveira (org.). **Merleau-Ponty e a psicologia.** São Paulo: LiberArs, 2017. p. 233-260.

BUTLER, Judith. **Vida precária:** os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; GEMAQUE, Robelânia dos Santos; NOGUEIRA, Natasha Mendonça. “Eu sou viado, sou gay, sou bichinha, eu sou isso mesmo”: sujeitos da educação profissional e enfrentamentos à cis heteronormatividade. **COR LGBTQIA+,** v. 1, n. 1, p. 29-37, 2021. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/CORLGBTI/article/view/491> Acesso em: 26 fev. 2023.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Pedagogia dos monstros:** os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 23-60.

Margens de/em reexistência de gênero e sexualidades na educação profissional

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

IFES – INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes**. 2014-2019. Vitória. 2014. Disponível em:
http://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/consultas/2015/PDI/plano_de_desenvolvimento_institucional_atualizada.pdf. Acesso em 26 fev. 2023.

IFES – INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução CONSUP/IFES n.º 35, de 16 de julho de 2021**. Regulamenta o funcionamento do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades (NEPGNES) do Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2021. Disponível em: https://ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_35_2021_-Regulamento_do_N%C3%BAcleo_de_Estudos_e_Pesquisas_em_G%C3%A3nero_e_Sexualidades_do_Ifes_1.pdf. Acesso em: 1º mar. 2024.

IFES – INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório Integrado de Gestão 2021**. Vitória, ES, 2022. Disponível em:
https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_2021.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

IFES – INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relatório Integrado de Gestão 2022**. Vitória, ES, 2023. Disponível em: <https://prodi.ifes.edu.br/images/stories/rg2022.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mitológicas 1: o cru e o cozido**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, ano 23, v. 2, 2007. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/11> Acesso em: 17 dez. 2024.

NOGUEIRA, Natasha Mendonça; CAVALCANTI, Natália Conceição Silva Barros; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Mapeamento dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Profissional e Tecnológica: as políticas de diálogos inclusão nos Institutos Federais. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. I.], v. 2, n. 21, p.

e13518, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.13518. Disponível em:
<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13518>. Acesso em: 13 dez. 2024.

RANGEL, Leonardo; PINHEIRO, Sueli Lago. **Educação da atenção:** cognição corporificada, coisas e movimentos. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

REIS, Leonardo Rangel dos; BARBOSA, Matheus Cerqueira. A racista desvalorização do trabalho manual e da educação profissional no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 24, p. e14660, 2024. DOI: 10.15628/rbept.2024.14660. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14660>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. “Cisheteronormatividade como instituição total”. **Cadernos do PET de Filosofia**, v. 18, n. 2, p. 59-103, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328079778.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2024.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2000.

WARMLING, Diego Luiz. O corpo e as três dimensões da sexualidade na fenomenologia da percepção de Maurice Merleau-Ponty. **Cadernos do PET Filosofia**, v. 7, n. 13, p. 53-73, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/pet.v7i13.2018>. Acesso em: 3 mar. 2024.

Notas

¹ O termo LGBTQIAPN+ designa lésbica, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pessoas pan, não binárias e outras orientações sexuais e identidades de gênero.

² A cisheteronormatividade refere-se à crença de que o relacionamento afetivo-sexual ideal é aquele entre um homem cisgênero e uma mulher cisgênero, considerado “normal” ou natural. Essa perspectiva assume uma correspondência direta entre o corpo físico (sexo biológico), a prática sexual e a identidade de gênero, reforçando a ideia de que existem apenas duas identidades de gênero (masculino e feminino). Dessa forma, perpetua-se um padrão rígido que exclui e marginaliza outras formas de relacionamento e identidades de gênero e expressões sexuais.

³ A politecnia visa articular atividades intelectuais e manuais e propiciar uma formação ampla, sem predeterminar as escolhas dos/as educandos/as (Cavalcanti; Gemaque; Nogueira, 2021).

⁴ Crença de que estamos nos aproximando do momento em que a humanidade será arrebatada e salva pelo messias. No entanto, de acordo com os discursos desses grupos religiosos, somente serão salvas as pessoas que seguirem as diretrizes conservadoras ditadas pelos verdadeiros cristãos.

⁵ Gostamos de grafar a palavra resistência desse modo, porque essa grafia (reexistência) aponta que a constituição da própria existência forja-se nas lutas de resistência, ou seja, que a existência se faz de modo mundano, por meio da efetuação dos jogos de poderes e de contrapoderes (Foucault, 1988). Essa questão é importante porque costumamos conceber os momentos de tranquilidade, desejo ou criatividade, de maneira muito idealista, como movimentos que acontecem em momentos em que as condições se tornam ideais. Acontece que poder e criatividade não se opõem, o exercício do poder se realiza de modo extremamente criativo e performático.

⁶ Esses núcleos ativos são: Alegre, Barra de São Francisco, Colatina, Itapina, Venda Nova do Imigrante e Viana.

Sobre os autores

Ana Paula Meneghelli Zanchetta

Graduada em Farmácia (Unesc). Especialista em Saúde Coletiva com Ênfase em Saúde da Família (Unesc) e Farmácia hospitalar e atenção farmacêutica (Univix). Mestranda em Educação (UFBA). TAE – Assistente de alunos, no Instituto Federal do Espírito Santo Campus Itapina. Link Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/4638434031055428> e-mail: apaulameg@gmail.com. Orcid <https://orcid.org/0009-0003-5333-8267>

Leonardo Rangel dos Reis

Mestre (2011) e Doutor (2015) em Educação pela UFBA. Graduado em Ciências Sociais pela UFBA (2007) e Bacharel em Psicologia pela UCSAL (2024). Professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFBA (desde 2012). Coordenador e Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFBA (desde 2019). Professor associado do Mestrado profissional em educação, currículo, linguagens e inovações pedagógicas – MPED/UFBA (desde 2018). Bolsista PNPD Capes/UERJ, no ProPEd/UERJ, junto ao GrPesq Currículos cotidianos, redes educativas, imagens e sons (2019-2020), no qual permanece como pesquisador, e líder do GrPesq Educação da atenção cotidianos, de(s)colonialidades e corpos em movimentos. Link Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2439250042562437> e-mail: leonardorangelreis@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5644-6250>

Iá Ferreira

Bacharel em Letras-Libras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes - 2021). Técnico em Tradução e Interpretação Português/Libras pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu - 2013). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGENS) e do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Coordena o projeto itinerante Cineclube Vendo Vozes e o projeto de instalação artística Água Viva. Atualmente é tradutor e intérprete do par linguístico Libras/Português do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) campus Venda Nova do Imigrante. Tem experiência em tradução e interpretação de Libras/Português nos contextos artístico-culturais, educacionais e comunitários. Desenvolve trabalhos relacionados aos seguintes temas: Libras, comunidades surdas, comunidades LGBTQIAPN+, cineclubismo e tradução/produção audiovisual (videoarte, videografia, documentário e curta-metragem). E-mail: iasmyn.ferreira@ifes.edu.br Orcid <https://orcid.org/0009-0007-9770-0669>

Recebido em: 02/06/2025

Aceito para publicação em: 03/07/2025